

(Outorga de Delegações/DF – 2008) Acerca do controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir.

1 Os efeitos da medida liminar na ação direta de inconstitucionalidade, em regra, serão *ex tunc*, de modo a desconstituir as relações jurídicas decorrentes do direito considerado constitucional.

2 Não cabe o controle de constitucionalidade quando o ato regulamentar extravasa os limites a que está materialmente adstrito, pois se trata de insubordinação executiva aos comandos da lei.

3 O entendimento atual do STF é de que a perda superveniente da representação do partido político em uma das casas legislativas leva à extinção da ação direta de inconstitucionalidade sem julgamento de mérito, pois essa condição deve estar presente durante todo o curso da ação.

Resposta: E C E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) A respeito da CF, julgue os itens que se seguem.

4 A idéia de supremacia material da CF, segundo o STF, é o que possibilita o controle de constitucionalidade.

5 O princípio da correição funcional destina-se a interpretar a CF, com a finalidade de orientar seus intérpretes no sentido de que, instituindo a norma fundamental um sistema coerente e previamente ponderado de repartição de competências, não podem os seus aplicadores chegar a resultados que perturbem o esquema organizatório funcional nela estabelecido, como é o caso da separação de Poderes, cuja observância é consubstancial à própria idéia de estado de direito.

6 Os direitos fundamentais à intimidade e à vida privada são passíveis de renúncia pela pessoa que deles é titular, desde que não ofenda à dignidade dessa pessoa.

7 Segundo a doutrina, se a pessoa for informada sobre o direito ao silêncio, mas optar por uma “intervenção ativa”, ela renuncia ao direito de permanecer calada, de modo que não poderá se eximir de responder questões similares ou conexas às que já tenha respondido.

8 A maioria dos atuais ministros do STF já expressou entendimento no sentido de que previsão constitucional que trata da prisão do depositário infiel foi revogada, tendo em vista a adesão do Brasil ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Resposta: E C C X E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Julgue o seguinte item, acerca dos direitos políticos.

9 O voto é obrigatório para os maiores de 18 e menores de 70 anos de idade, independentemente do grau de instrução do eleitor, sendo facultativo para os maiores de 16 e menores de dezoito anos.

Resposta: E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Com relação à organização dos Poderes, à responsabilidade do presidente da República e ao TCU, julgue os itens subseqüentes.

10 A promulgação de uma lei torna o ato perfeito e acabado, sendo o meio pelo qual a ordem jurídica é inovada. A publicação, por sua vez, é o modo pelo qual se dá conhecimento a todos sobre o novo ato normativo que se deve cumprir.

11 No curso do mandato eletivo, o presidente da República não poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

12 O defensor público da União tem legitimidade ativa para propor edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante.

13 O julgamento das contas do chefe do Poder Executivo compete ao TCU, órgão integrante do Poder Legislativo.

Resposta: E E E E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Julgue os próximos itens, relativos a serviços públicos, competência de prestação e regulamentação.

14 Segundo o STF, os oficiais dos serviços notariais e de registro exercem um serviço público, prestado mediante delegação, e têm o direito de perceber emolumentos por todos os atos por eles praticados, como forma de manter o equilíbrio econômico-financeiro da atividade por eles exercida.

15 O STJ entende que o ato do tabelião, quando praticado em comarca diversa daquela para a qual tem delegação, carece de validade jurídica.

Resposta: E C

(Outorga de Delegações/DF – 2006) No que concerne aos princípios básicos da administração, da desapropriação e da caducidade da desapropriação, julgue os itens a seguir.

16 A competência para declarar a utilidade pública ou o interesse social do bem que se pretende desapropriar, assim como a prática dos atos executórios necessários à transferência da propriedade, cabe aos delegatários do poder público.

17 A responsabilidade civil passou por vários estágios, iniciando-se com a irresponsabilidade do Estado, evoluindo para a responsabilidade com culpa, chegando, na atualidade, à teoria do risco integral, adotada pela CF, segundo a qual a responsabilidade independe da demonstração de culpa ou dolo.

18 Após caducar o decreto expropriatório, pode o bem ser objeto de nova declaração de interesse público ou social,

desde que decorra desse fato o lapso temporal de pelo menos um ano.

Resposta: E E C

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Com relação à conceituação, às espécies, à anulação e à

revogação do ato administrativo, julgue os itens que se seguem.

19 O silêncio administrativo não significa ocorrência do ato administrativo ante a ausência da manifestação formal de vontade, quando não há lei dispondo acerca das conseqüências jurídicas da omissão da administração.

20 Como regra, entende-se a permissão administrativa, em seu sentido tradicional, como o ato administrativo de caráter discricionário e precário pelo qual o poder público autoriza o particular a executar serviço de utilidade pública ou a utilizar privativamente bem público, sendo possível a revogação do consentimento, não sendo, porém, devida indenização ao prejudicado.

21 O STF, em posição já tradicional de sua jurisprudência, classificou os atos administrativos eivados de vícios em ilegais, inconvenientes ou inoportunos, dizendo serem os ilegais passíveis de anulação, e os últimos, de revogação, mas, em qualquer dos casos, os direitos existentes devem ser sempre respeitados, por terem sido incorporados na esfera jurídica do indivíduo.

Resposta: C C E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Julgue o seguinte item, a respeito dos agentes administrativos e

do processo administrativo.

22 A posição atual do STF é a de que o servidor público tem direito à defesa técnica por advogado no curso do processo administrativo disciplinar contra ele promovido, como decorrência do contraditório e da ampla defesa.

Resposta: C

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Com relação à intervenção do Estado na propriedade, julgue o item que se segue.

23 A requisição, modalidade de intervenção do Estado na propriedade, é o meio pelo qual o Estado se utiliza de bens e serviços de particulares, em caso de perigo público iminente, sendo sempre obrigado a indenizar o proprietário, a título compensatório, pelo período em que houver a indisponibilidade do seu patrimônio.

Resposta: E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Com relação aos contratos administrativos e à dispensa de licitação, julgue os itens seguintes.

24 Caracteriza-se o fato do príncipe quando alteração no contrato administrativo, decorrente de fato imprevisível, extracontratual e extraordinário licitamente provocado pelo Estado, causa prejuízo ao particular que contratou com o poder público.

25 É dispensável a licitação em caso de fornecimento de bens ou serviços, produzidos ou prestados no país, desde que envolvam tanto a alta complexidade tecnológica como a defesa nacional, situação que exige parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.

Resposta: C C

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Acerca da prescrição e da decadência, julgue os seguintes itens.

26 Prescreve em um ano a pretensão dos tabeliães pela percepção de emolumentos.

27 Não corre a prescrição contra os ausentes do país.

28 A prescrição é causa de extinção da pretensão do titular do direito.

29 A decadência convencional é reconhecível, de ofício, pelo juiz.

Resposta: C E C E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Quanto à disciplina dos bens no atual Código Civil, julgue os itens a seguir.

30 Os bens públicos são inalienáveis, mesmo quando desafetados.

31 Mesmo quando ainda não estão separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

32 São fungíveis os bens móveis e imóveis que podem ser substituídos por outros de mesma espécie, qualidade e quantidade.

Resposta: E C E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) A respeito do direito de família, julgue os itens subseqüentes.

33 A jurisprudência do STJ atribui os mesmos efeitos da união estável à união homossexual.

34 A sociedade conjugal termina pela declaração judicial de ausência de um dos cônjuges.

35 O parentesco em linha reta e o parentesco em linha colateral são limitados ao quarto grau.

Resposta: E E E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) No que concerne à filiação, julgue os próximos itens.

36 Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, sendo tal ação imprescritível.

37 Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido.

38 Quando confessado, o adultério da mulher à época da concepção do filho é suficiente para a exclusão da presunção de paternidade.

Resposta: C C E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Com relação ao réu e sua resposta ao processo, julgue os itens

que se seguem.

39 A revelia é espécie do gênero contumácia.

40 Depois da contestação, é lícito ao réu deduzir novas alegações quando competir ao juiz conhecer delas, de ofício.

41 Qualquer que seja a modalidade de incompetência, deve o réu argüi-la por meio de exceção.

Resposta: C C E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) A respeito da tutela antecipada, julgue os itens subsequentes.

42 Segundo jurisprudência do STF, é vedada a concessão de tutela antecipada contra a fazenda pública em questões previdenciárias.

43 A reversibilidade do provimento é um dos requisitos para a concessão da tutela antecipada.

44 Após preclusa a decisão que confere a tutela antecipada, esta só poderá ser revogada ou alterada na sentença.

Resposta: E C E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Acerca de recursos e ação rescisória, julgue os seguintes itens.

45 O terceiro juridicamente interessado e o Ministério Público têm legitimidade para propor ação rescisória.

46 Em regra, o autor de ação rescisória deve depositar a importância de 5% do valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.

47 Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.

48 Cabem embargos infringentes contra acórdão não-unânime

que, em grau de recurso extraordinário, reformar o resultado da apelação.

49 Em regra, os recursos especial e extraordinário são recebidos no efeito suspensivo quando interpostos contra a fazenda pública.

50 O prazo para a interposição dos embargos de declaração é o mesmo previsto para a apelação.

Resposta: C C C E E E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os

itens de 51 a 61 com base no direito penal brasileiro.

51 Para os fins da lei que define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, instituição financeira é toda e qualquer pessoa jurídica, de direito público ou privado, que, como atividade principal ou acessória, custodie, emita, distribua, negocie, intermedeie ou administre valores mobiliários ou capte, intermedeie ou aplique recursos financeiros de terceiros, a ela se equiparando a pessoa jurídica que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança ou recursos de terceiros. Dessa forma, a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades mencionadas não está sob a incidência da referida lei.

Resposta: E

52(Outorga de Delegações/DF – 2006) Considere a seguinte situação hipotética.

Na qualidade de advogado de determinada empresa em uma causa cível, Wagner havia solicitado ao juiz que oficiasse ao Banco Central para a localização do endereço dos réus.

Como o pedido foi indeferido, Wagner expediu, por sua própria conta, um documento assinado com o seu próprio nome, na forma de um ofício judicial, requisitando o endereço. Nessa situação, Wagner praticou o crime de falsidade ideológica.

53 A lavagem de dinheiro é crime autônomo, não constituindo mero exaurimento do crime antecedente.

54 No caso de prática do crime de estelionato, em sua forma fundamental, a reparação do dano, antes do recebimento da denúncia, obsta o prosseguimento da ação penal.

55 A autoridade judiciária pode suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, de adolescente que esteja cumprindo medida socioeducativa de internação, se existirem motivos sérios e fundados da prejudicialidade dessas visitas aos interesses do adolescente.

56 A causa de aumento de pena pelo concurso de pessoas no crime de roubo não se aplica ao crime de furto, ainda que seja considerada mais benéfica ao réu, tendo em vista que, em relação ao furto, há previsão legal específica de aumento de pena.

57 Segundo o princípio da ultra-atividade, quando o crime é praticado na vigência de lei penal mais benéfica, o agente do

delito responde pelos fatos cometidos em seus termos, ainda que, posteriormente, essa lei seja revogada, introduzindo-se no seu lugar outra mais gravosa.

58 Crime formal contra a ordem tributária não se tipifica antes do lançamento definitivo do tributo devido.

59 A pessoa que exerce função em empresa controlada indiretamente pelo poder público de país estrangeiro não se equipara a funcionário público estrangeiro. No CP está previsto que essa equiparação ocorre apenas quando a pessoa exerce função em empresa controlada diretamente pelo poder público de país estrangeiro.

60 No estabelecimento da inimputabilidade (ou semiimputabilidade), vigora o critério biopsicológico normativo,

o que significa que deve existir prova de que o transtorno mental afetou a capacidade de compreensão do agente quanto ao caráter ilícito da sua ação (requisito intelectual) ou a sua capacidade de determinação segundo esse conhecimento (requisito volitivo) à época do fato, não bastando, portanto, apenas a existência da enfermidade.

61 O nexa causal que resulta da omissão é de natureza normativa, e não, naturalística. A omissão, portanto, é erigida pelo direito como causa do resultado, ocorrendo quando quem tem o dever legal de evitar o resultado não o faz.

Resposta: ECECCCECC

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Com base na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os

itens de 62 a 75, acerca do direito processual penal.

62 Quando o número de acusados e a conexidade dos fatos não constituam razão relevante nem conveniente, não se procede a desmembramento de inquérito policial ou de processo de ação penal.

63 A exigência de defesa técnica, para a observância do devido processo legal, impõe a presença do profissional da advocacia na audiência de interrogatório do acusado, sendo essa uma formalidade de cunho nitidamente constitucional.

64 O trancamento de ação penal referente a crimes contra a ordem tributária, ipso facto, estende-se aos crimes conexos.

65 A doutrina da ilicitude por derivação — também conhecida como teoria dos frutos da árvore envenenada — repudia, por serem constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios que, não obstante produzidos validamente em momento ulterior, acham-se afetados pelo vício da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal.

66 De acordo com a jurisprudência do STF, se a jurisdição especial, decorrente de prerrogativa de função, do STF, como a mais alta corte do país, é garantia constitucional do mais justo julgamento a que podem aspirar os titulares dessa prerrogativa, um deputado federal não tem, sob nenhum argumento nem pretexto, interesse jurídico em renunciar a esse favor constitucional, o que, não instituído no interesse pessoal do ocupante do cargo, mas no interesse público de

seu bom exercício, integra os predicados objetivos do devido processo legal, para ser julgado por órgão de menor categoria.

67 Faltar a justa causa para a ação penal nas seguintes situações: quando o fato narrado na acusação não se enquadrar no tipo legal; quando a acusação não tiver sido formulada por quem tenha legitimidade para fazê-lo ou perante quem deva o pedido ser feito; e quando inexistir o interesse de agir.

68 Os elementos informativos de uma investigação criminal, ou as provas colhidas no bojo de instrução processual penal, desde que obtidos mediante interceptação telefônica devidamente autorizada por juiz competente, podem ser compartilhados para fins de instruir procedimento administrativo disciplinar.

69 A CF assegura aos acusados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Entre tais meios, inclui-se o Pacto de São José da Costa Rica, que prevê garantia judicial da comunicação prévia e pormenorizada da imputação. Em consonância com essa orientação constitucional, o CPP determina que a acusação deve conter a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol de testemunhas.

70 O fato de o órgão expedidor de documento falsificado ser federal atrai para essa esfera a competência para julgar e processar quem utilizar tal documento.

71 Se, no oferecimento da denúncia, faltar à acusação pública elementos bastantes ao rigoroso atendimento do CPP, principalmente no caso de crime societário, é válida a imputação genérica do fato-crime, admitindo-se, conforme a lei processual penal, que as omissões da acusatória inicial possam ser supridas a todo tempo, antes da sentença final.

Resposta: CCECCCCCEX

72 (Outorga de Delegações/DF – 2006) De acordo com a jurisprudência do STJ, a alegação de

atipicidade da conduta por ausência de dolo é compatível com a via estreita do habeas corpus.

73 Caso o motorista de determinada empresa seja condenado pelo juiz penal por ter praticado homicídio culposo no exercício de seu trabalho, a sentença penal condenatória constituirá título executivo contra o responsável civil — distinto do autor material do crime — pelos danos decorrentes do ilícito, ainda que não tenha feito parte da relação jurídico-processual.

74 A prática de crime de roubo qualificado ocorrido no interior de avião pousado, como, por exemplo, a subtração de numerário pertencente ao Banco do Brasil, afasta a competência da justiça federal.

75 Devido à ausência de expressa previsão legal, é incabível a revisão criminal no âmbito dos juizados especiais.

Resposta: E E E E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Com relação à disciplina do empresário, das sociedades

comerciais (empresárias), da empresa e do estabelecimento empresarial, conforme disposto no Código Civil de 2002, julgue os itens seguintes.

76 O empresário é o sujeito de direito que exerce a empresa e sobre cujos bens recai o risco da atividade. Já os sujeitos que exercem profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda que com o concurso de auxiliares ou colaboradores, não podem ser considerados empresários, mesmo que o exercício da profissão constitua elemento de empresa.

77 O empresário individual casado, qualquer que seja o regime de bens, pode, sem a necessidade da outorga conjugal, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus reais. No entanto, salvo se casado em regime de separação absoluta, não pode prestar aval para garantir uma obrigação decorrente da atividade empresarial sem a outorga conjugal.

78 Considera-se sociedade comercial (empresária) aquela cujo objeto é o exercício da atividade própria do empresário individual, ou seja, atividade econômica organizada para a produção de bens ou serviços, atividade essa que pode restringir-se a um ou mais negócios determinados, o que não se aplica ao empresário individual.

79 Não constitui causa de decretação de falência o fato de um empresário transferir seu estabelecimento empresarial a terceiro sem o consentimento de todos os seus credores, de modo a ficar sem bens suficientes para solver o seu passivo.

80 Se, entre os bens do estabelecimento empresarial, estiver incluído um bem imóvel, o negócio definitivo de sua alienação deverá ser realizado, necessariamente, por escritura pública, para que possa haver o efeito translativo ao adquirente do estabelecimento cedido.

81 A autonomia patrimonial é característica tanto da sociedade limitada quanto da sociedade anônima, o que vale dizer que a sociedade responde pelas suas obrigações, de regra, com seus próprios bens, restringindo-se a responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais ao limite da integralização ou da subscrição do capital social.

Resposta: E C C E E C

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Joaquim Silva e Pedro Parente, pessoas físicas domiciliadas em Brasília – DF, constituíram uma sociedade empresária à qual deram o nome empresarial Joaquim Silva e Pedro Parente Ltda., com sede em Brasília – DF e registro na Junta Comercial do DF, onde os sócios-administradores tomam as decisões sobre os seus interesses sociais. A atividade principal dessa sociedade empresária consiste na fabricação de embalagens

plásticas à base de polietileno. Dadas as facilidades e os incentivos fiscais oferecidos pelo estado de Goiás, o estabelecimento empresarial — a fábrica — foi instalado no município de Aparecida de Goiânia – GO, em imóvel de propriedade da sociedade, onde foi criada uma filial e feito o registro perante a Junta Comercial daquele estado. Para a formação do capital social da sociedade, Joaquim Silva contribuiu com o valor de R\$ 1.000.000,00, dividido em 10 dez parcelas mensais e consecutivas de R\$ 100.000,00, com vencimento da primeira parcela no momento da formalização do contrato de constituição da sociedade. Já o sócio Pedro Parente obrigou-se, no contrato de sociedade, à transferência de uma nota promissória emitida à sua ordem por Francisco, no valor de R\$ 1.000.000,00.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de 82 a 90.

82 A espécie do nome empresarial adotado é firma social, conforme facultado pela lei para a espécie de sociedade empresária criada, o que indica que os sócios respondem pelas obrigações da sociedade de forma subsidiária.

83 Para a espécie de sociedade mencionada, a criação do conselho fiscal é facultativa e os sócios podem, no contrato social, prever a regência supletiva da sociedade pelas normas dispostas para as sociedades anônimas.

84 A contribuição do sócio com o direito de crédito incorporado na mencionada nota promissória, que é um título de crédito a ordem, monetário e abstrato, se não realizada por meio do endosso, tem efeito de cessão civil, não respondendo, portanto, o sócio Pedro Parente, perante a sociedade, pela solvência do emitente do aludido título de crédito.

85 Caso o sócio Joaquim Silva tivesse ficado inadimplente na sua contribuição estabelecida no contrato social e tivesse adimplido tal obrigação nos trinta dias seguintes ao da notificação pela sociedade, ele responderia, mesmo assim, perante esta por dano emergente de sua mora.

86 Na eventualidade de um pedido de recuperação judicial em decorrência de crise financeira da sociedade, o juízo da Comarca de Brasília – DF seria competente para deferir a recuperação judicial, homologar o plano de recuperação extrajudicial ou decretar uma possível falência.

87 Caso um dos sócios faleça e não haja, após cento e oitenta dias da morte, a reconstituição, a sociedade será dissolvida.

88 Havendo o saque de uma duplicata mercantil contra a sociedade em questão, relativa à compra de matéria-prima, sem a remessa à sacada para aceite, seria válido o protesto da duplicata por indicação, a ser realizado por meio de boleto bancário.

89 Se a sociedade alienasse seu estabelecimento comercial após ter realizado um contrato de arrendamento mercantil de alguns de seus bens, a transferência do estabelecimento, não havendo disposição contratual ou legal em contrário, importaria na sub-rogação do adquirente no referido contrato, mesmo contra a vontade da sociedade arrendadora de tais bens.

90 No caso de eventual recuperação judicial da sociedade em

questão, nem o credor do contrato de arrendamento mercantil nem o credor de contrato de alienação fiduciária em garantia, desde que tais contratos contivessem cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, se submeteriam aos efeitos da recuperação judicial, prevalecendo o direito de propriedade sobre as coisas e as condições contratuais estabelecidas.

Resposta: E C E E C C E C C

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Considerando que a União, antes de a CF, entrar em vigor, tenha

celebrado tratado internacional que concede isenção de tributos para a importação de mercadoria para o Brasil, se há isenção para o produto nacional similar e considerando o disposto no art. 151, inciso III, da CF, segundo o qual é vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos estados, do DF ou dos municípios, julgue os itens a seguir.

91 A hipótese descrita no art. 151, inciso III, da CF veda a instituição da isenção denominada heterônoma.

92 A norma estabelecida no tratado internacional foi revogada pela CF de 1988 no que se refere ao ICMS.

93 A celebração de tratado internacional com cláusula que prevê exoneração tributária não é equivalente à instituição de isenção de tributo estadual pela União e, portanto, essa isenção de imposto estadual não viola a CF.

94 O referido tratado só se tornou válido e eficaz para os estados a partir de sua ratificação por convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

95 O tratado internacional em questão adquire relevância somente se a mercadoria importada circular entre dois ou mais estados da Federação, pois a mera importação não constitui fato gerador do ICMS.

Resposta: C E C E E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Com o fim de pleitear, judicialmente, a compensação

dos créditos com débitos tributários que possui, uma empresa adquiriu, por cessão de direitos, créditos decorrentes de precatório judicial expedido contra ente público, razão por que pretende requerer a imediata suspensão da exigibilidade dos créditos tributários, mediante antecipação de tutela.

Acerca da situação descrita acima, julgue os seguintes itens.

96 A compensação é uma das hipóteses legais de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, desde que as partes sejam ao mesmo tempo credora e devedora uma da outra.

97 A CF não prevê nenhuma forma de compensação de créditos decorrentes de precatórios com tributos cobrados pela entidade devedora, de forma que o pleito da empresa deverá ser indeferido.

98 Segundo entendimento já sumulado do STJ, a compensação

de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.
99 A lei pode, em determinadas condições, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a fazenda pública.
100 Os créditos decorrentes de precatório judicial possuem caráter personalíssimo, de maneira que é inválida a sua cessão para terceiros, somente podendo ser compensados com débitos tributários do beneficiário original constante do título executivo judicial.

Resposta: E E C C E

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Acerca da disciplina constitucional sobre o imposto de

transmissão causa mortis e de doação, de quaisquer bens e direitos, julgue os itens que se seguem.

101 Os municípios e o DF têm competência para a instituição do referido imposto.

102 Relativamente a bens móveis, títulos e créditos, o imposto compete ao ente federativo onde se processar o inventário ou o arrolamento, ou onde tiver domicílio o doador, ou ao DF.

103 Não está ainda legalmente regulamentada a competência para a instituição do imposto citado no caso de o de cujus possuir bens, ser residente ou domiciliado ou ter o seu inventário processado no exterior. Essa competência deve ser regulada futuramente por meio de lei complementar.

104 O referido imposto tem suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

105 Compete ao DF instituir o imposto relativamente aos bens imóveis situados em seu território.

Resposta: E C C C C

(Outorga de Delegações/DF – 2006) Relativamente à legislação e jurisprudência aplicáveis às

serventias registradoras e notariais, julgue os itens de 106 a 120.

106 Consoante entendimento do STF, fere a CF a norma que isenta os reconhecidamente pobres do pagamento dos emolumentos devidos pela expedição de registro civil de óbito.

107 Se alguém protocoliza um título para protesto, o tabelião de protesto deve, de acordo com a lei, examiná-lo em seus caracteres formais, inclusive quanto a prescrição ou caducidade.

108 A pessoa que apresenta um título para protesto detém, também, o direito de arrependimento, ou seja, o direito de retirar o título, desde que o faça antes da lavratura do protesto e desde que pague os emolumentos e demais despesas referentes à apresentação.

109 O inquilino que deseja garantir o direito de preferência de compra de um imóvel deve promover a averbação de seu

contrato de locação perante o registro de imóveis correspondente.

110 Considerando que João, filho de Pedro, adote Juliana como filha, por meio de decisão judicial, nessa situação hipotética, Pedro não poderá se opor à adoção, tampouco impedir que seu nome conste, como avô, do registro de Juliana.

Resposta: E E C C X

111 (**Outorga de Delegações/DF – 2006**) Considere a seguinte situação hipotética.

Júlio, filho de brasileiro casado com estrangeira, nasceu na Europa, onde seu pai estava, por conta própria, cursando doutorado. Dois anos depois, quando seu pai concluiu o curso, a família veio residir no Brasil.

Nessa situação, para que Júlio obtenha registro civil de seu nascimento, em seu domicílio no Brasil, terá que requerê-lo em juízo.

112 Entre as funções dos tabeliães está, fundamentalmente, a de intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade.

113 Se determinada serventia possui funções de notas, protesto e registro civil, seu titular terá que designar, no mínimo, três substitutos.

114 Consoante a Lei dos Serviços Notariais e de Registro, o tabelião que cobrar de um casal reconhecidamente pobre os emolumentos de registro civil do nascimento do filho desse casal poderá ser punido com a devolução em dobro do valor cobrado e multa de um salário mínimo.

115 Ao lavrar escritura de transferência da propriedade de um imóvel, o tabelião pode optar por manter em cartório o original ou cópias autenticadas da respectiva certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias ou por transcrever na escritura pública os elementos necessários à identificação daquela certidão.

116 Se uma norma válida, publicada em 2/1/2009, estabelecer uma nova tabela de emolumentos cartorários destinada a elevar o valor desses emolumentos, os cartórios somente poderão cobrar pelos novos valores a partir de 2010.

117 Entre as funções do corregedor do TJDFT, está a instauração de sindicância e processo administrativo disciplinar para apurar infrações praticadas pelos notários e aplicar as penas cabíveis, inclusive a perda de delegação.

118 Uma ação direta de inconstitucionalidade de norma, cujo julgamento caiba ao TJDFT, deverá ser julgada pelo plenário daquela corte.

119 Considerando que Augusto tenha todos os seus documentos furtados e não possa se identificar por documento no ato notarial, nessa situação hipotética o tabelião poderá lavrar o respectivo ato, desde que Augusto se apresente acompanhado de duas testemunhas identificadas que o conheçam e que atestem sua identidade.

120 Caso um tabelião, ao lavrar uma escritura, cometa um erro material referente à descrição do imóvel objeto da venda, enquadrado, portanto, como erro relativo à substância do ato, somente poderá saná-lo mediante escritura de re-ratificação

ou por autorização do juiz de registros públicos.

Resposta: C C E E C C E E C C